

Melhorar de vida em meio à ruínas: etnografias de um condomínio no leste fluminense e os legados do Comperj¹

Improving life amid ruins: ethnographies of a gated community in the leste fluminense and the legacies of Comperj

Stefany Ciolfi de Souza

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Este artigo apresenta contribuições de uma pesquisa etnográfica realizada entre 2019 e 2025 na cidade de Itaboraí, região Leste Fluminense, marcada pelas promessas de desenvolvimento associadas ao Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro. A partir do acompanhamento prolongado de uma rede familiar, com enfoque na experiência de três mulheres, Quitéria e suas filhas, Fabiana e Débora, o estudo explora como suas práticas domésticas e redes de apoio possibilitaram projetos de ascensão social em meio à instabilidade econômica que se seguiu à interrupção do empreendimento. O trabalho analisa os deslocamentos gerados pela crise, com ênfase nos efeitos paradoxais da paralisação do Complexo: em vez de inviabilizar os modos de vida de moradores locais, o arrefecimento das expectativas de desenvolvimento desvalorizou o mercado imobiliário e possibilitou o acesso a moradias sofisticadas em condomínios fechados por famílias de renda média, antes excluídas desse padrão habitacional. A pesquisa sugere que, diante do colapso de um futuro prometido, essas mulheres reorganizaram criativamente seus projetos de vida, revelando uma sofisticação nos saberes cotidianos e nas estratégias de gestão doméstica. A casa, entendida como espaço teórico e núcleo das decisões familiares, permitiu compreender os ciclos de transformação urbana por meio das práticas femininas que sustentam, negociam e reconfiguram o que se entende como “melhoria de vida”.

Palavras-chave: Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, Condomínios fechados, Itaboraí, Estratégias femininas, Casas.

¹ Esta pesquisa foi possível graças ao financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) durante o período do mestrado, e a uma bolsa PIBIC/UFF do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) durante a graduação.

Recebido em 9 de março de 2025.
Avaliador A: 12 de maio de 2025.
Avaliador B: 20 de maio de 2025.
Aceito em 7 de agosto de 2025.



ABSTRACT

This article presents findings from an ethnographic research carried out between 2019 and 2025 in the city of Itaboraí, in the Leste Fluminense region, marked by promises of development associated with the Petrochemical Complex of the State of Rio de Janeiro. Based on the prolonged engagement with a family network, focusing on the experience of three women, Quitéria and her daughters, Fabiana and Débora, the study explores how their domestic practices and support networks enabled projects of social mobility amid the economic instability that followed the interruption of the enterprise. The work analyzes the displacements generated by the crisis, with emphasis on the paradoxical effects of the suspension of the Complex: rather than rendering local residents' ways of life unviable, the cooling of development expectations devalued the real estate market and made it possible for middle-income families, previously excluded from this housing standard, to access sophisticated residences in gated communities. The research suggests that, in the face of the collapse of a promised future, these women creatively reorganized their life projects, revealing a sophistication in everyday knowledge and domestic management strategies. The house, understood as both a theoretical space and the core of family decisions, made it possible to apprehend the cycles of urban transformation through the feminine practices that sustain, negotiate, and reconfigure what is understood as "improvement of life."

Keywords: Rio de Janeiro Petrochemical Complex, Gated communities, Itaboraí, Women's strategies, Home.

INTRODUÇÃO

Era uma das tardes preguiçosas de domingo em família na casa de dona Quitéria². Naquele dia, a casa-matriz³ reunia as filhas já adultas, seus maridos e filhos pequenos, uma sobrinha e eu — a pesquisadora que, vez ou outra, se sentava à mesa e à sala com eles. Os momentos de conversa pós almoço sempre foram o ponto alto da perspectiva de alguém interessada em ouvir atentamente as histórias e admoestações que circulavam no ambiente. Depois de recolhermos as travessas de comidas, nos sentávamos ora à varanda ora na apertada sala de estar, equilibrados entre os dois sofás principais e pequenos banquinhos improvisados. Era nesse tempo suspenso entre digestão e café que emergiam lembranças de infância, conselhos, projetos e notícias da

2 Todos os nomes próprios associados a pessoas nesta pesquisa são fictícios.

3 Termo que tenho usado para referir a casa de dona Quitéria, por sua capacidade de *enraizamento* em relação às casas das filhas.

vizinhança. No entanto, algo nessa tarde em particular me chamou a atenção, provavelmente porque foi quando me dei conta, com maior grau de consciência, da multiplicidade de elementos caros à minha pesquisa que estavam em jogo nessas conversas aparentemente triviais.

Uma das sobrinhas de dona Quitéria havia acabado de ser convocada para assumir um cargo na prefeitura de uma pequena cidade da região. A mulher, com seus quarenta e quatro anos, estava inclinada a não assumir o cargo, influenciada pela distância que aquela cidadezinha se encontrava do “movimento”, na sua cidade de origem, São Gonçalo, de quase um milhão de habitantes. “Mas é um emprego estável, você aposenta cedo”, tentavam convencer Débora e Fabiana, filhas de dona Quitéria. A mulher buscava em meu olhar uma aliada externa, ao que eu tentava evitar, embora pensasse no infortúnio que me parecia uma mudança brusca de uma cidade mais “movimentada”, onde ela tinha uma vida, para uma cidade de vinte mil habitantes. A tensão que pairava nessa cena e os olhares trocados não deixavam dúvida: não era fácil se esquivar ou retrucar as sugestões das primas. Elas representavam, inegavelmente, trajetórias de sucesso na família.

Fabiana e Débora, duas de minhas *anfitriãs* de pesquisa, para recorrer ao vocabulário de Borges (2013), são exemplos concretos da ideia de “melhorar de vida” em tal universo. Anos antes, as irmãs demonstraram uma habilidade notável para articular estratégias econômicas e sociais que lhes permitiram, junto a seus maridos, acessar imóveis em condomínios originalmente projetados para grupos de alta renda e escolaridade.

Neste artigo, serão abordadas com densidade apenas uma parte dessas estratégias. Evidentemente, estratégias que não foram privilegiadas aqui serão analisadas em textos futuros. Entre elas, destaquei a estadia prolongada de Fabiana, filha mais velha de dona Quitéria, na casa da mãe. Esse arranjo facilitava o sistema de “ajudas” oferecido pelos pais de Fabiana nos cuidados do filho recém-nascido. Graças a essas “quinzenas” na casa da mãe quando seu marido estava embarcado, Fabiana pôde continuar trabalhando e estudando, sem a despesa de contratar um serviço de cuidado. Outro exemplo estratégico na gestão doméstica que descrevo em minha dissertação de mestrado é a gestão da alimentação na casa de Débora. A filha mais nova de Quitéria também relatou detalhadamente o que assimilei como economia da “evitação” ou do “controle de si” nas interações com parentes (Dainese, 2015). Essas manipulações e formas de controle do ambiente doméstico pareciam latentes quando convinha desempenhar o esforço por construir uma soberania, se colocando como a mulher da casa diante de interferências externas. Num dos capítulos, discuto como essa estratégia é manejada cotidianamente de maneira cuidadosa, visando não vetar ou influenciar negativamente sistemas de ajuda.

Partindo de tais táticas cotidianas (Certeau, 2003), minhas *anfitriãs* inseriram-se ativamente nas transformações urbanas que marcaram sua cidade natal durante o chamado

“tempo do Comperj”⁴, quando a cidade se reconfigurava para acolher trabalhadores qualificados e investidores vindos de fora. No entanto, o respeito e a consideração direcionados às irmãs não se devem apenas pela aquisição de suas casas. Essa posição se deve a um conjunto articulado de fatores: a formação em cursos superiores, os casamentos considerados “bem-sucedidos”, a aquisição de carros populares e a consolidação de uma vida aparentemente estável antes dos quarenta anos — um feito expressivo, sobretudo diante da origem da família, formada por migrantes nordestinos sem educação formal que chegaram à cidade na década de 1970.

Este artigo reúne contribuições derivadas de uma pesquisa etnográfica desenvolvida ao longo seis anos na cidade de Itaboraí, localizada na microrregião Leste Fluminense — área que integra parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e alguns municípios da Baixada Fluminense. Sua etapa mais recente se dedicou a explorar as ações e práticas cotidianas mobilizadas por mulheres na gestão de seus domínios domésticos, como forma de viabilizar projetos de melhoria de vida em meio a contextos marcados por crise e instabilidade econômica na região.

Neste trabalho, partimos da compreensão de crise como uma série de processos estruturais que escapam ao controle dos indivíduos, mas que também revelam uma ruptura na confiança nos elementos que sustentam a estabilidade social e as expectativas de futuro. Para Narotzky e Besnier (2014), em contextos de escassez e imprevisibilidade, “pessoas comuns” desenvolvem estratégias criativas para lidar com recursos cada vez mais evasivos, muitas vezes desenvolvendo relações de dependência, afeto e reciprocidade baseadas em obrigações morais (Narotzky; Besnier, 2014). O mesmo argumento é reforçado por L’Estoile (2020), ao afirmar que “dinheiro é bom, mas um amigo é melhor” ao investigar as relações econômicas e afetivas mobilizadas em contexto de incerteza e imprevisibilidade econômica no Nordeste do Brasil.

A investigação teve início como parte de um empreendimento coletivo, reunindo pesquisadoras e pesquisadores interessados em compreender etnograficamente os efeitos das expectativas relacionadas ao anúncio e posterior paralisação das obras do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj)⁵, um megaprojeto anunciado em 2006

4 Refiro-me ao “tempo do Comperj” tanto como uma tentativa de delimitar um período histórico, que vai de 2006, ano do anúncio oficial do empreendimento, até 2024, quando finalizei esta pesquisa, quanto como uma maneira de sugerir uma temporalidade específica, marcada pelas expectativas, transformações e incertezas associadas às promessas de desenvolvimento urbano que o projeto evocava.

5 O projeto de pesquisa coletivo foi intitulado “Formas de Governo, Mobilidades, Casas e a Relação Rural-Urbano na Investigação dos Efeitos Sociais e Territoriais Produzidos pelo Comperj”, e foi financiado pela Chamada

e interrompido cerca de oito anos depois, no contexto das denúncias de corrupção reveladas pela operação Lava Jato. Estive concentrada, nos primeiros anos de pesquisa, em detectar transformações nas dinâmicas da cidade de maneira mais difusa, contexto em que entraram como resultados novos empreendimentos construídos em resposta à demanda por moradia para grupos vindos de fora, ocupados na cadeia direta do petróleo.

Entre esses empreendimentos, saltaram aos meus olhos condomínios residenciais fechados, que passaram a ocupar grande parte da minha atenção no período da monografia como requisito para a formação de bacharel em sociologia. Nessa etapa, discuti a proliferação e difusão desse formato de moradia como impacto permanente que ultrapassaria o “tempo do Comperj”, ocupando espaço de modelo de moradia ideal ou desejado para os moradores da região. Ao me inserir no curso de mestrado, no entanto, me foi apresentada a possibilidade de aprofundar essa pesquisa, sofisticando-a por meio da escolha de uma perspectiva mais original e específica, o que me daria a oportunidade de produzir um material mais denso e elaborado.

Com essa aposta em mente, delinee uma nova entrada em campo que mantinha o interesse nas transformações estruturais vividas na região de Itaboraí durante o “tempo do Comperj”, mas agora, com um deslocamento de foco: das grandes infraestruturas para as trajetórias, histórias e projetos de futuro formulados por três mulheres de uma mesma rede familiar, composta por dez pessoas, com quem já cultivava vínculos há alguns anos. O objetivo da fase mais recente da pesquisa foi recontar os ciclos econômicos da região a partir da experiência ativa dessas mulheres, de suas casas e das práticas cotidianas que sustentam suas vidas na cidade desde a década de 1970. Busquei compreender os ciclos de desenvolvimento local por meio dos saberes produzidos na gestão doméstica, nas formas de cuidado, criação de filhos e nas relações que tecem no cotidiano. O registro diacrônico, orientado pela cronologia dos acontecimentos e das mudanças urbanas, foi articulado a um olhar sincrônico, atento às ações miúdas e aos gestos ordinários que, no entanto, revelam lógicas organizativas complexas, sustentadas por um conhecimento refinado e situado.

Apesar de parecer uma mudança sutil, essa inversão virou meu trabalho de campo do avesso. Um movimento semelhante foi relatado pela antropóloga Antonádia Borges (2009), ao refletir criticamente sobre o que ela identifica como tendência nas ciências sociais de homogeneizar e generalizar grupos sob o rótulo de “classes populares” ou como vítimas passivas de desigualdades impostas por um Estado omissivo ao adotar um ponto de vista que privilegia a ação dos atores estatais, ao qual ela mesma sucumbiu nos primeiros anos de pesquisa de campo. Sua virada epistemológica ocorreu ao perceber que as pessoas com quem passou a fazer pesquisa se autodenominavam *researchers* (Borges, 2009). Em suas palavras, nossos anfitriões

Universal MCTI/CNPq n. 28/2018.

“[...] pesquisam mais do que o mero visitante que chega à sua casa ou aldeia” (Borges, 2009, p. 39). Com igual grau de importância, enquanto Borges defende a casa como um espaço teórico vivido, Mariana Cavalcanti (2009) argumenta que a “[...] própria centralidade da casa própria em sociedades capitalistas permite uma teorização da casa ou da moradia, bem como sua produção e experiência vivida como um processo, como um fato social total” (Cavalcanti, 2009, p. 77).

Inspirada por esse olhar para os ambientes domésticos, passei a levar a sério cada relato de organização, planejamento, negociação e tensão no interior das casas dessas mulheres, compreendendo a casa como “[...] produto da ciência de quem com ela mora” (Borges, 2013, p. 218). A escolha de Borges por chamar de “anfitriãs” as mulheres que a recebem também expressa um posicionamento epistemológico que questiona a hierarquia implícita entre pesquisador e pesquisado — visão que trata os sujeitos de pesquisa como recipientes inertes dos quais o pesquisador extrai matéria-prima para, então, produzir conhecimento. Para a autora, as mulheres em suas casas realizam pesquisas sofisticadas em suas práticas cotidianas.

Na etapa mais recente desta pesquisa, me apoiei em anotações de campo feitas nos dias em que fui recebida na casa de minhas anfitriãs, além de utilizar trechos de entrevistas gravadas em momentos anteriores e temporariamente deixadas de lado. O grupo foi acessado a partir de redes pessoais: Fabiana, meu primeiro contato, me apresentou ao bairro Vila Gabriela, no distrito de Manilha, em 2019, e me inseriu na casa de sua mãe, dona Quitéria, — espaço que mais tarde nomeei como “casa-matriz”. A pesquisa ocorreu majoritariamente na casa de dona Quitéria, em visitas regulares, sobretudo aos finais de semana. Também me hospedei, com menor frequência, na casa de Débora, filha mais nova de Quitéria, onde produzi parte significativa do material etnográfico utilizado em minha monografia. No contexto da pesquisa para a dissertação de mestrado, entre setembro de 2023 e janeiro de 2025, aprofundei esse trabalho, reformulando as perguntas de pesquisa e direcionando o olhar às negociações e disputas que atravessam os projetos de “melhorar de vida” dessas três mulheres.

Este artigo está organizado em três seções principais. Na primeira, apresento um breve histórico da cidade, situando o contexto social e espacial da pesquisa. Em seguida, discuto alguns dos principais achados do estudo, com ênfase nos percursos contraintuitivos das pessoas com quem essa pesquisa foi realizada. Por fim, exploro os circuitos de ajuda e reciprocidade que sustentam suas trajetórias de ascensão, apontando distinções e tensões intergeracionais.

ATRAVESSANDO E MIGRANDO PARA ASSENTAR A VIDA: ITABORAÍ E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Itaboraí, cidade do Leste Fluminense a cerca de cinquenta e dois quilômetros da capital fluminense, de 224.267 habitantes, foi caracterizada por Allan Moreira (2022) como a “cidade ornitorrinco” ou de “a cidade sem asfalto”. Essas são, sem dúvida, categorias fortes, mas que apontam para traços do cenário municipal com alguma coerência. Segundo o autor, Itaboraí hoje tem cerca de 80% do seu território ausente de qualquer tipo de pavimentação ou oferta de água encanada. A tese de Alexandre Siqueira (2014) discute a percepção de lentidão com que as obras públicas de circulação, saúde e saneamento chegam à população itaboraiense. Sua pesquisa focada na saúde pública regional cruzou fatores infraestruturais da cidade, renda e escolaridade da população e carência alimentar para atribuir fatores favoráveis à proliferação de doenças como a tuberculose, cujo índice municipal é acima dos níveis estadual e nacional.

Para o pesquisador Gilciano Costa (2013), o baixo índice de desenvolvimento da cidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro está relacionado com seu histórico de instabilidade e inconstância produtiva e econômica durante sua história. Segundo Costa (2013), que desenvolveu uma dissertação sobre a escravidão em Itaboraí, sua formação enquanto município tem origem na ocupação colonial, em 1569, que logo recebeu um relevante contingente de pessoas escravizadas para o plantio de cana-de-açúcar e produção de açúcar, melado e rapadura. Até a abolição do sistema de escravidão (1888), a cidade teve certa relevância econômica no cenário local, também graças ao favorável acesso hidroviário pelo Rio Macuco. Segundo um estudo socioeconômico produzido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e pela Subsecretaria de Planejamento, epidemias endêmicas dizimaram parte da população escravizada, acelerando o declínio da agricultura (TCE-RJ, 2021).

Com o fim do regime e o assoreamento do rio, a cidade entrou em um período de declínio. Nos séculos seguintes, tentou-se estabelecer uma economia baseada na citricultura, especialmente laranja e limão, e na produção de cerâmica, voltada para a urbanização das cidades vizinhas. No entanto, tais atividades conferiram ao município apenas uma participação marginal na economia regional. Ainda de acordo com o dossiê, apenas 21% da população hoje tem acesso a tratamento de esgoto, e 26% é abastecida com água potável (TCE-RJ, 2021). Depois da queda populacional decorrente da transição econômica no plano mais recente da cidade, houve dois principais fatores responsáveis por consolidar o perfil populacional atual: a construção da ponte Rio-Niterói, em 1968, e das vias BR-101 e RJ 104. Esses fatores permitiram a movimentação pendular entre a capital do estado e a região Leste-Fluminense. O estudo sobre o histórico de ocupação da cidade realizado por Costa e Pimentel (2005) atesta que a

Configuração marcante do território se deu quando do retalhamento das glebas rurais ao longo da Rodovia Amaral Peixoto - RJ104, com loteamentos urbanos. Até 1950, Itaboraí possuía quase 5000 lotes aprovados, cerca de 20.000 na década de 1960 (distritos Itaboraí e Itambí), e na década seguinte com cerca de 22.400 lotes. Contaram a proximidade com São Gonçalo, a BR101, a RJ104 e a BR493, via de contorno da

Baía. A RJ-104 virou rua de comércio e serviços, já na década de 1970 apresentando problemas nos cruzamentos, falta de hierarquia viária, de equipamentos comunitários e infra-estrutura urbana, entre outros (Costa; Pimentel, 2005, p. 5).

Em outras palavras, esses novos acessos permitiram que quem trabalhasse na capital — sobretudo migrantes nortistas e nordestinos — pudessem se instalar na cidade, passando a caracterizar o que convencionou chamar de “cidades dormitório”. Esse era o caso do casal mais velho com quem fiz pesquisa. Ambos, Quitéria e Severino, são paraibanos e migraram para o Rio de Janeiro na década de 1970. Ela, empregada doméstica, e ele, pedreiro em firma de construção civil, se conheceram perto dos seus trabalhos no bairro de Copacabana, Zona Sul do Rio de Janeiro, e decidiram comprar um terreno em Itaboraí.

A escolha de onde morar passou por alguns critérios. O jovem casal buscava fixar e estabilizar a vida comprando um terreno legalizado e acessível, em comparação com o acesso a moradias ameaçadas de remoção nos morros cariocas. Conduzido por contatos com outros homens e mulheres migrantes, também paraibanos, o casal comprou um terreno em Manilha, principal distrito do município de Itaboraí. O dinheiro do terreno, na época, mil reais, foi desembolsado das economias de Quitéria. Já a construção da casa, seria feita unicamente por Severino, aos poucos, como dava. Como projeto familiar, o casal era categórico: faria de tudo para dar uma vida menos “sacrificada” para os filhos futuros, em que a educação formal ocuparia um espaço privilegiado. O sonho de dona Quitéria era que seus filhos chegassem à maior escolaridade que poderiam imaginar: um curso superior.

A vida na cidade foi marcada, nessas primeiras duas décadas, por deslocamentos demorados e precários e a constante sensação de espera por melhores condições de mobilidade. Nos anos mais recentes, pós-2000, quando o casal já tinha três filhos adolescentes, um evento inesperado trouxe a possibilidade de uma aceleração nas transformações sociais da cidade, algo que a geração anterior esperou sem jamais ver concretizado. Em 2006, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva anunciou que Itaboraí sediaría o maior empreendimento econômico e petrolífero da América Latina: o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, da Petrobras (Barbosa, 2018). A refinaria prometia ser a maior unidade de processamento de petróleo e derivados do continente.

Diante das expectativas geradas por um empreendimento dessa magnitude, iniciou-se uma reorganização da cidade e da região. Um novo plano diretor foi aprovado, promovendo uma reconfiguração das atividades produtivas, que passaram de um perfil majoritariamente rural para uma orientação voltada ao urbano e ao turismo (Oliveira; Amorim; Souza Jr.; 2020). Na época, o Complexo Petroquímico, abreviado para Comperj, surgiu como uma esperança, gerando na população regional a expectativa de que, finalmente, Itaboraí “cresceria” e alcançaria um novo patamar de desenvolvimento econômico, com impactos diretos no cotidiano dos

moradores. Durante o anúncio do Comperj, o então presidente também prometeu a instalação de um Instituto Federal Fluminense e a geração de milhares de postos de trabalho diretos e indiretos, impulsionados pelo empreendimento.

No entanto, não demorou muito para que o projeto enfrentasse entraves em sua execução. Progressivamente, surgiram indícios de envolvimento de empreiteiras e figuras políticas em esquemas de corrupção, resultando em atrasos, alterações orçamentárias e, por fim, uma série de escândalos e denúncias de desvio de verbas. A Operação Lava Jato revelou a extensão dos esquemas ilícitos que, somado ao clima de pressão política nacional sobre o caso, sustentaram a decisão pela paralisação das obras de construção do Comperj⁶. Em 2014, oito anos após o início das obras, elas foram completamente paralisadas. Desde então, apenas projetos menores tiveram continuidade, sem jamais concretizar a expectativa originalmente gerada (Binsztok; Barbosa, 2018). Atualmente, o empreendimento foi rebatizado como Polo Gaslub, mas sem perspectiva de retomada integral, restando apenas versões reduzidas do projeto original.

As expectativas frustradas em relação ao desenvolvimento urbano e produtivo prometido encontram expressão material em uma paisagem arquitetônica que parece suspensa no tempo, à espera dos benefícios projetados pelo circuito do petróleo. Nos primeiros anos após o anúncio das obras, Itaboraí assistiu à inauguração de seu primeiro *shopping center*, ao surgimento de hotéis, galerias comerciais e a uma proliferação de condomínios fechados, erguidos na esperança de um crescimento econômico que jamais se concretizou (Muniz Filho, 2019). Os condomínios horizontais fechados contrastavam com as condições de habitação anteriores. Eles apresentavam um padrão arquitetônico elevado, além de infraestrutura de circulação, lazer e segurança interna, projetados para atender a uma demanda de habitação antecipada e especulativa por profissionais altamente qualificados e bem remunerados na indústria de petróleo e gás.

Após a primeira paralisação do Comperj e a constatação de que o projeto não seria concluído como planejado, os condomínios fechados passaram por um processo de desvalorização. Com isso, grupos de renda média⁷ — como os denomino nesta pesquisa — puderam acessar esses empreendimentos antes voltados a uma elite mais bem remunerada. Esse

6 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/comperj-ma-gestao-corrupcao-e-prejuizo-de-47-bilhoes-de-reais/>. Acesso em: 9 mar. 2025.

7 Ao empregar o termo “renda média”, busco nomear uma posição intermediária entre os grupos de baixa remuneração na região, como trabalhadores e trabalhadoras dos setores de serviços, comércio e alimentação, e aqueles com rendimentos mais altos, geralmente associados a maior escolaridade e a cargos técnicos ou especializados. De acordo com um estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), os melhores salários da região estão concentrados no setor de extração de Petróleo e Gás, cuja média salarial gira em torno de nove mil reais. Meus interlocutores que atuam em empregos ligados ao mar, embora não atinjam esse valor médio, recebem remunerações próximas, o que os posiciona nesse “meio do caminho” que chamei de renda média. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/02/09/area-de-extracao-de-petroleo-e-gas-tem-melhores-salarios-do-brasil-com-carteira-assinada-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 25 set. 2025.

movimento gerou impactos inesperados na composição desses espaços. Além disso, após 2014, surgiram condomínios menos sofisticados, projetados para esse novo grupo de moradores. Esses empreendimentos, de certa forma, emularam esteticamente os primeiros, apesar de fazê-lo de forma mais modesta, considerando a popularização do padrão de habitação que os condomínios passaram a representar.

Essas transformações produziram dois efeitos centrais já identificados em etapas anteriores da pesquisa: de um lado, a adaptação do setor da construção civil a um novo perfil de consumidor; de outro, as estratégias econômicas e domésticas mobilizadas na aquisição de imóveis financiados. Como esses novos moradores não pertenciam, em sua maioria, a camadas de alta renda, tornou-se essencial compreender as redes de apoio e reciprocidade que viabilizaram tal acesso. Além disso, muitos já residiam em Itaboraí antes da mudança para os condomínios, o que enfraquece a oposição tradicional entre “dentro” e “fora” dos muros e evidencia a emergência de novos padrões de distinção social. Nesse contexto, a pesquisa em ambientes domésticos buscou responder de que modo o grupo mobilizou, no cotidiano, sob a gerência feminina, estratégias para favorecer ou tornar possível essa inserção, permitindo que os núcleos familiares mais jovens vivenciassem, ainda que de forma relativa, uma “melhora de vida”.

“AQUI VOCÊ PODE TER UMA VIDA MAIS CONFORTÁVEL, PORQUE AINDA É MEIO ROÇA”

A frase que nomeia o subtítulo dessa seção foi dita por Débora, uma de minhas anfitriãs, em seu característico tom professoral. Durante nossas interações face a face, quando éramos as únicas no ambiente, como nas vezes em que fui recebida em sua casa, a mulher, uns dez anos mais velha que eu, parecia quase tentar me convencer ou me vender uma vida em Itaboraí. Frases como essa eram frequentemente acompanhadas de argumentos como “aqui não tem o perigo que tem lá” ou ainda “o dinheiro que você gasta aqui... em Niterói ou São Gonçalo você não consegue ter a vida que tem aqui”. Partindo de admoestações dessa natureza, o fragmento a seguir é uma tentativa de acompanhar o processo de positividade do termo “roça” a partir da experiência vivida por Débora e Fabiana em relação ao arruinamento das obras do Comperj em Itaboraí. Dito de outra forma, parto da percepção de como Débora e Fabiana canalizaram incertezas e movimentações imprevistas, aceleradas pelo projeto descontinuado do Comperj, transformando-as em condições ideais para sua aquisição de casas em condomínios fechados.

Débora é irmã mais nova de Fabiana, que abriu este artigo. Casada e mãe de um

filho pequeno, trabalha como professora de biologia na rede municipal de Itaboraí. Quando o Comperj foi anunciado, ela tinha dezessete anos. Hoje, aos trinta e cinco, toda a sua vida adulta transcorreu em meio às incertezas e sucessivas frustrações causadas pelas paralisações e tentativas de retomada do projeto. No início, Débora foi uma grande entusiasta da iniciativa, vendo nela uma oportunidade inédita de trazer desenvolvimento e infraestrutura para sua cidade natal.

Sua primeira desesperança envolveu o caso exemplar de um parque de lazer da cidade, frequentado por ela e sua irmã mais velha, vendido para se tornar um condomínio fechado de luxo, emulando os empreendimentos de moradia associados ao bairro da Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Por mais que a família de Débora ansiasse pelo momento em que a cidade deixaria para trás os elementos associados à “roça”, ou ao universo rural no sentido de “atraso”, compreender que as mudanças estruturais na cidade não a incluíam causou algo como uma frustração. O espaço do parque era familiar, uma vez que esteve presente ao longo de sua infância e adolescência. Já a construção do condomínio fechado, era como retirar um pedaço de sua cidade natal, oferecendo-o a pessoas de fora, de remuneração e ocupação elevada àquela que dispunha sua família e vizinhos.

A frustração ao ver moradias de alto padrão surgindo em Itaboraí está ligada ao período inicial de grandes expectativas, entre 2006 e 2014, quando se aguardava a construção do complexo. Foi nesse período que a cidade viveu um *boom* da construção civil, impulsionando a valorização imobiliária e a disparada dos preços dos imóveis. No entanto, entre 2014 e 2015, esse cenário começou a se desmanchar. O Comperj entrou em um processo irreversível de declínio: operários das obras iniciaram greves intensas devido a atrasos salariais, culminando na interdição da ponte Rio-Niterói no final de 2014⁸. O ano seguinte marcou a desaceleração do mercado imobiliário. Os preços de terrenos e casas em condomínios começaram a cair, refletindo o impacto da crise. Apesar da sofisticação dos empreendimentos e da infraestrutura completa dos condomínios, o interesse por investimentos na cidade despencou, afetado pelo escândalo político e econômico.

Foi nesse contexto que Débora adquiriu um terreno no distrito de Manilha por cerca de noventa mil reais. O condomínio oferecia uma ampla área de lazer, duas piscinas grandes, área gourmet, quadras esportivas, sala de jogos, churrasqueiras e uma extensa área verde, destoando das ruas externas. Havia, apesar do “bom negócio”, terrenos ociosos e alguns compradores de fora já se arrependiam. Para Débora e seu marido, Mauro, sargento da Marinha do Brasil e natural de São Pedro da Aldeia, a compra foi motivo de satisfação desde o início. O casal via

8 Disponível em: <https://exame.com/brasil/comperj-tem-protesto-contra-salarios-atrasados-e-demissoes/>. Acesso em: 25 set. 2025.

na aquisição a chance de ingressar em um espaço de padrão elevado. Além do mais, os riscos eram baixos, uma vez que o casal não dependia diretamente da economia municipal relacionada ao petróleo.

A desvalorização do mercado imobiliário na região abriu uma brecha que permitiu a Débora e Mauro reordenar seus planos de vida. O casal optou por casar-se e adiar a chegada dos filhos até que a casa estivesse construída. Nesse período, Débora também se dedicava à preparação para concursos públicos e fazia planos para adquirir um carro. A construção da casa, portanto, não se limitava a um objetivo material imediato, mas funcionava como pré-condição para a realização de outras etapas de seu projeto de vida. Mais do que um bem, a casa representava a possibilidade concreta de consolidar escolhas e estabilizar a trajetória do casal em meio a um cenário de incertezas.

Esse movimento não ocorreu de forma isolada. A frustração inicial diante da interrupção das promessas de desenvolvimento associadas ao Comperj sinaliza, no caso de Débora, uma transição nos regimes de expectativa compartilhados por grupos com histórico de inserção precária no mercado de trabalho e acesso limitado à escolarização formal. Essa passagem entre momentos de expansão e retração econômica aponta para um processo mais amplo de reconfiguração das formas de imaginar e planejar o futuro. A reorganização de sua vida, nesse sentido, não significou o abandono das aspirações de ascensão social, mas a reelaboração dos meios e símbolos associados a esse objetivo.

Como analisa Rosana Pinheiro-Machado (2018), ao tratar das juventudes no Brasil pós-2013, a frustração provocada pela interrupção de expectativas pode engendrar novas formas de pertencimento, consumo e ideologia, que reorientam práticas e visões de futuro. A aquisição de um imóvel em condomínio fechado, no caso de Débora, opera como um marcador dessa reinvenção. Mais do que status ou uma busca por diferenciação, o imóvel passa a condensar valores de estabilidade, segurança e dignidade possíveis dentro de um novo horizonte de expectativas. A centralidade da casa e da vida familiar nesse processo revela uma mudança no foco das aspirações: o acesso a bens continua importante, mas está articulado à construção de um projeto de vida viável, ajustado às limitações impostas pelas crises. O processo de construção de uma casa emerge, como desenvolve Cavalcanti, “como atividades que constroem futuro e constituem os moradores como sujeitos de sua própria história, de sua própria melhoria” (2009, p. 74).

A dívida moral das filhas com as mães também está em jogo. A experiência feminina das filhas é sempre lembrada e conectada com os projetos feitos sobretudo pela mãe. Nesse aspecto, as filhas vivem no presente e projetam para o futuro as memórias de migração e do sacrifício da vida no sertão do Cariri paraibano presentes no corpo e nas histórias contadas pela mãe. Sob o subtítulo “ter esperança”, em Narotzky e Besnier (2014), vemos articuladas

discussões etnográficas a partir de conceitos e argumentos mais comumente utilizados na economia política. “As práticas econômicas das pessoas têm uma clara orientação temporal para horizontes de expectativas que são moldados por experiências passadas e pelas reconfigurações míticas de memórias desse passado (por exemplo, a idealização de um passado em que “as coisas eram melhores” ou a difamação de um passado em que “todos passavam fome”). Essa orientação temporal pode consistir em aspirações individuais que encontram força em expectativas estabelecidas, mas buscam ir além delas em direção a uma melhoria geral das oportunidades de vida” (Narotzky; Besnier, 2014, p. S10). Não à toa, os autores se servem da ideia de horizontes de expectativas, desenvolvida por Reinhart Koselleck (1979), também emprestada por Benoît de L’Estoile (2020) em seu trabalho no nordeste do Brasil.

No entanto, o ponto que nos interessa desenvolver aqui, nem sempre abordado de forma direta pelos autores, encontra respaldo na formulação de Reinhart Koselleck sobre o conceito de horizonte de expectativas. Para o autor, trata-se de um futuro projetado que, por definição, jamais se realiza plenamente. É uma dimensão temporal em constante movimento, que orienta a ação sem se concretizar por completo. Essa perspectiva ajuda a compreender como, entre minhas interlocutoras de duas gerações distintas, o passado — marcado por experiências de pobreza no sertão paraibano — não é mobilizado como um ponto de chegada superado. Ainda que mudanças importantes tenham sido alcançadas, o futuro permanece como algo a ser conquistado. Os projetos de vida não se encerram com a conquista de determinados marcos, pois a ideia de “melhoria” se atualiza constantemente. É nesse sentido que o horizonte funciona como uma referência móvel: quanto mais se avança. Marcella Araújo (2017), inspirada pela experiência empírica descrita por Guedes (2011), chama esse movimento de “carga moral da inquietação”, em que os imperativos que dominam a vida de sua interlocutora “Gê”, assim como a amiga de Guedes (2011), “Aparecida”, fazem com quem essas mulheres “não parem”. Sempre que um projeto parece terminado, uma nova “melhoria” aparece com igual urgência a ser perseguida.

Borges (2009, 2013) ainda chamava a atenção para o fato de que essas mulheres em suas casas desafiavam nossa interpretação imediata que nos levaria a identificar uma imobilidade ou um encerramento da mulher na casa: a mulher deveria, no imaginário igualmente normativo, ganhar a rua e os espaços públicos, denunciando ou lamentando a quase cisão entre a mulher e seu domínio doméstico. No entanto, fui convencida ao longo da minha estadia nas casas de mulheres como Débora de que elas desenvolveram um domínio discursivo sobre suas próprias vidas e sobre as vidas das pessoas ao seu redor, sobretudo familiares e amigos próximos, como na cena que abriu esse artigo.

Os caminhos percorridos pelos trabalhos do mar - o petróleo para além do Comperj

Durante a graduação em biblioteconomia, Fabiana — filha mais velha de dona Quitéria — conheceu Cláudio, cozinheiro em embarcações de apoio à extração de petróleo. Ambos católicos, aproximaram-se em eventos religiosos e iniciaram um relacionamento. Sem vínculos fortes com sua cidade natal, Cláudio mudou-se para Itaboraí para viver com Fabiana e formar uma família por volta de 2012. Trabalhando na Bacia de Campos, ele seguia um regime de embarque de 14 dias, com 14 em terra. Nessas plataformas flutuantes (FPSOs), o petróleo é extraído, armazenado e transferido sem a necessidade de estruturas fixas — uma inovação no setor. O plano inicial era que o petróleo fosse processado no Comperj, mas com a paralisação do complexo, os recursos passaram a circular na cidade por meio de trabalhadores como Cláudio, que buscavam ali um custo de vida mais baixo e melhores condições para suas famílias.

A trajetória de Cláudio, marido de Fabiana, exemplifica o fenômeno analisado por Silva Neto, Oliveira, Quinto Júnior e Gomes Filho (2018) no estudo sobre o “Circuito Espacial do Petróleo e dos Royalties”. A pesquisa, que abrangeu a Região Metropolitana do Rio e o Norte Fluminense entre 2000 e 2012, comparou a expansão do setor petrolífero com os índices de desenvolvimento regional. Apesar da geração de empregos e do aumento da arrecadação, o crescimento econômico não se refletiu diretamente em melhorias sociais para toda a população. Enquanto cidades que recebem royalties conseguiram investir mais em infraestrutura, aquelas impactadas apenas indiretamente não vivenciaram o mesmo desenvolvimento.

As atividades ligadas aos setores de “Extração Mineral” e de “Serviços” (técnicos especializados, geralmente aqueles ligados, direta ou indiretamente, às atividades de produção de petróleo e gás) são as que tem maior capacidades de gerar empregos com maior faixa de remuneração média. Isso acontece com Macaé e Rio de Janeiro, locais onde funcionam as bases de operação da Petrobras para exploração da Bacia de Campos e do Pré-Sal (Silva Neto; Oliveira; Quinto Júnior; Gomes Filho, 2018, p. 301).

Rio de Janeiro e Macaé se destacaram na geração de empregos de média remuneração, impulsionados pelos royalties do petróleo e pelo desenvolvimento urbano. No entanto, o alto custo de vida levou muitos trabalhadores a buscar moradia em cidades mais acessíveis, especialmente no Leste Fluminense, intensificando os movimentos pendulares. O crescimento populacional, assim, se concentrou em áreas de menor custo, atraindo moradores de renda média.

Itaboraí, profundamente afetada pelo colapso do Comperj, manteve preços baixos de moradia e serviços, mesmo com a presença de imóveis de alto padrão arquitetônico. As ruínas do empreendimento e as expectativas frustradas o colocaram em um circuito indireto do petróleo, tornando-o uma alternativa viável para trabalhadores vindos de classes mais baixas, mas que experimentaram relativa ascensão graças aos empregos no setor e às redes de apoio

familiar. Esse avanço, embora modesto, permitia um cotidiano mais “confortável”, muitas vezes simbolizado pela entrada em condomínios fechados. A frase “aqui você pode ter uma vida mais confortável, porque ainda é meio roça” sintetiza o dilema entre o desejo de morar em uma cidade reconhecida como “urbana e desenvolvida” e a realidade vivida por minhas anfitriãs. Suas “melhorias de vida” foram construídas justamente a partir do fracasso do Comperj e da instabilidade econômica de Itaboraí.

Esse dilema, não é em si uma novidade. O contraste entre promessas desenvolvimentistas e os caminhos efetivamente trilhados pelas pessoas “comuns” aparece na literatura como um “dissenso”, proposto por Atilon Silva (2023). Em sua pesquisa, o desinvestimento em transporte público permitiu, paradoxalmente, que uma comunidade circulasse pela cidade a baixo custo — condição que seria inviabilizada com a chegada de um monotrilho moderno, porém inacessível. A tese de Ana Clara Chequetti Duarte (2024) mostra de forma elucidativa como o fracasso institucional pode ser interpretado como uma forma de produção da cidade. A noção de “ruínas institucionais”, usada pela autora, refere-se às descontinuidades forçadas de projetos públicos com forte apelo desenvolvimentista. Em sua pesquisa, Chequetti demonstra como essas obras interrompidas, longe de serem estéreis, movimentam circuitos econômicos, materiais, afetivos e especulativos. Já Mariana Cavalcanti (2023), em um ensaio que discute infraestruturas urbanas, chama atenção para o grau de incerteza intrínseco às obras urbanas, destacando o papel fragmentado e difuso dos agentes envolvidos: um emaranhado de intermediadores, mediadores e instituições que atuam diretamente na produção concreta da cidade.

A partir da etnografia com mulheres moradoras de condomínios em Itaboraí, procurei elucidar como as ruínas de um projeto inacabado não apenas deixaram marcas urbanísticas e econômicas, mas abriram brechas pelas quais determinadas famílias articularam melhorias possíveis. Longe de serem apenas efeitos colaterais de um fracasso, esses movimentos locais, considerados periféricos ou marginais às grandes narrativas, são centrais para compreender os modos concretos pelos quais se constrói e se vive a cidade. A contribuição do trabalho está em evidenciar com elementos atualizados determinadas formas de agência cotidiana e arranjos familiares e afetivos que sustentam projetos de vida em meio à instabilidade. Nos parágrafos a seguir, abordo de forma mais explícita táticas de estabilização econômica para além da moradia, ainda que esta seja uma base da qual a estabilização depende.

“VOCÊ NÃO PRECISA PAGAR NADA, É PELA AMIZADE”

Alguns trabalhos em sociologia urbana, especialmente do final do século passado

(Valladares, 1978; Kowarick, 1979; Maricato, 1982, 1996), descrevem de forma exemplar como o regime de mutirão e a autoconstrução representaram estratégias solidárias entre as ditas classes baixas ou populares. Em muitos casos, essas práticas apareciam descritas como uma forma de resistência de grupos desassistidos por políticas habitacionais estatais. A leitura predominante nesses estudos enfatiza como o Estado e o capital privado, voltados aos interesses das classes altas e médias, negligenciaram a população de baixa renda, forçando-a a recorrer à autoconstrução como única alternativa para enfrentar o déficit habitacional. Nessa perspectiva, esses grupos eram frequentemente retratados como marginalizados do capitalismo, operando à margem da economia formal e da assistência estatal.

Pouco depois, mais perto da virada do milênio, um outro caminho da literatura em ciências sociais foi aberto para tratar dos grandes condomínios fechados para as classes médias, afastados dos grandes centros como representação das distâncias sociais entre ricos e pobres (Caldeira, 2000). Com os governos petistas no começo do século, essas considerações receberam reverberações atualizadas para compreender o universo dos condomínios populares ou dos edifícios muito difundidos e popularizados pelo programa Minha Casa Minha Vida (Moura, 2006; Freire, 2012; Conceição, 2016).

No entanto, ao considerar a atual e imprevista conformação dos espaços condominiais com a qual me deparei ao adentrar esta pesquisa sobre os impactos das expectativas e frustrações associadas ao Comperj no Leste Fluminense, me dei conta de que as casas construídas nesses espaços não representavam um bem individual, uma fortaleza fechada em si mesma, tampouco um marcador meramente distintivo, cujo objetivo era atingir um status performativo de sucesso. Muito pelo contrário, sua existência parecia, ao menos em parte, resultado de investimentos de longo prazo e ajudas coletivas — protegidas, muitas vezes, não apenas por muros físicos, mas também por estratégias contra o “olho grande”, a cobiça e a inveja, como também observa Thomas Cortado (2020) em sua etnografia sobre um loteamento dominado por milícias. Nesse contexto, a casa aparece não só como abrigo ou propriedade, mas como um dispositivo de controle do olhar e de atualização de ideais familiares e morais. Para dar conta dessas interdependências, me inspirei na noção de “configuração de casas”, proposta por Louis Marcelin (1999), segundo a qual a casa só pode ser entendida a partir da rede de unidades domésticas à qual pertence. Essa perspectiva permite interpretar os condomínios como parte de um tecido relacional mais amplo, no qual circulam recursos materiais, afetos, cuidados e práticas herdadas, atualizadas conforme as oportunidades e desafios do presente.

A atenção aos fluxos, circulações e abastecimentos também orienta a pesquisa de Rafael Godoi (2015) sobre o sistema penitenciário paulista, que mostra como a vida nas penitenciárias é sustentada por redes femininas extramuros, responsáveis por garantir o cuidado e a manutenção de filhos, maridos, irmãos e pais encarcerados levando “jumbos” semanalmente. Assim

como Godoi se volta às práticas ordinárias de mulheres que atravessam muros institucionais, propus olhar para o cotidiano nos condomínios como atravessado por circulações externas que garantem sua materialidade. Assim como, para Godoi (2015), o sistema penitenciário paulista depende materialmente das mulheres e dos materiais que abastecem os prédios, os condomínios fechados de Itaboraí, nos anos recentes, dependem invariavelmente das relações entre casas do outro lado dos muros e cancelas.

A trajetória entre a aquisição do terreno em um condomínio fechado e a finalização da casa de Débora e seu marido Mauro levou cerca de quatro anos e envolveu distintos apoios familiares e comunitários. Um dos episódios mais significativos foi a participação de um amigo antigo do pai de Débora, também pedreiro, que contribuiu em todas as etapas da obra de construção da casa como forma de retribuição por um favor recebido no passado, quando o pai de Débora havia construído gratuitamente sua casa quando este migrou da Paraíba sem ter onde morar no Rio de Janeiro. “Você não precisa me pagar nada, é pela amizade”, foi a explicação que o homem deu a seu Severino. “Meu pai tentava dar dinheiro para ele, ele amassava e jogava no chão, dava até briga”, conta Débora, demonstrando a desvalorização atribuída ao recurso monetário. O ato de amassar o dinheiro e jogar no chão, quando relatado, pareceu uma forma caricata e exagerada de demonstrar uma supervalorização da amizade e das relações sociais, ainda que num contexto mediado e dependente desse recurso. Um outro homem, também amigo da família, padrinho de Débora, teria cobrado cerca de dois mil reais para pôr os pisos e azulejos da casa que, segundo ela, consiste num valor risível, praticamente simbólico, “por consideração” e “carinho” que o homem mais velho tinha por sua afilhada. Esse tipo de reciprocidade, enraizado em vínculos duradouros, demonstra como práticas de autoconstrução e cooperação operaram como força material e simbólica na edificação das casas, mesmo em contextos marcados pela busca de ascensão e inserção em circuitos formais de consumo vivendo tempos de escassez e limitação.

O caso de Débora exemplifica uma mudança nas formas de acesso à moradia e às dinâmicas que a sustentam. Se, por um lado, sua trajetória seguiu caminhos tradicionais de ajuda mútua e reciprocidade familiar, por outro, a escolha por um condomínio fechado e a adesão ao financiamento imobiliário (no caso do terreno) a inserem em um modelo financeirizado de vida. Para a arquiteta Raquel Rolnik (2015), o período que compreende do começo do século até os anos mais recentes é marcado pela inclusão das classes populares nos circuitos imobiliários. Ao invés do período representar apenas uma ruína ou colapso econômico, abriu possibilidades inesperadas para grupos em ascensão. Nesse cenário, os condomínios fechados de Itaboraí não apenas acomodam esse novo grupo de moradores, mas simbolizam um novo regime habitacional,

em que o pertencimento e a estabilidade são conquistados menos por laços comunitários (em comparação com as gerações anteriores) e mais pelo acesso ao crédito e às estruturas formais de mercado, mesmo que, para isso, tenha sido necessário, numa etapa anterior, recorrer a regimes mais tradicionais de ajuda.

Outro exemplo crucial, que pude acompanhar com mais atenção nos últimos meses de campo, diz respeito às redes de cuidado ativadas nos primeiros anos de maternidade de Débora. Desde 2019, ela já articulava cálculos financeiros e pesquisas minuciosas sobre creches e custos escolares, antecipando os desafios que viriam com a chegada dos filhos. No entanto, quando o primeiro bebê nasceu e foi preciso retomar o trabalho e os estudos, foram sua mãe, seu marido e sua sogra que assumiram, em diferentes graus, o cuidado cotidiano com o pequeno. Após o primeiro ano de vida, a criança passou a permanecer sob os cuidados fixos da avó materna, dona Quitéria, recém-aposentada — arranjo que perdurou até o nascimento do filho de Fabiana, sua irmã. Nesse momento, Débora decidiu matricular o filho em uma escola particular do bairro, movimento que ela interpretava como parte de um plano econômico bem-sucedido nos primeiros anos de maternidade.

Por outro lado, com as filhas em casa, próximas, mais equipadas e com maior acesso à infraestrutura, dona Quitéria e seu Severino passaram a usufruir de certas comodidades que antes não estavam à disposição. Na velhice, são agora os genros que se encarregam das idas ao médico, da articulação com planos de saúde e dos deslocamentos motorizados, substituindo as caminhadas e os trajetos de bicicleta outrora feitos pelos sogros. As ajudas prestadas por Quitéria às filhas no cuidado com os netos também se materializaram em retribuições concretas: obras de melhoria na casa da mãe, como a reforma recente da cozinha, que ganhou piso de cerâmica e eletrodomésticos mais modernos, em substituição ao espaço antes cimentado e mais precário. Como resultado de etnografias recentes desempenhadas em favelas cariocas, a antropóloga Camila Fernandes (2021) argumenta que a flexibilidade das transações e relações sociais entre mulheres tem sido essencial para a ascensão familiar ao longo de gerações no estado do Rio de Janeiro, também chamando a atenção para a agência feminina na projeção e prática cotidiana visando uma ascensão ou melhoria de condições de vida das famílias.

Comparando quatro de suas anfitriãs, duas em Brasília e duas na África do Sul, Antonádia Borges (2009, p. 218) define o largo das ações dessas mulheres como experimentações, “em suas casas, de formas vidas não “domésticas” no sentido ordinário do termo”. A experiência de suas anfitriãs e sua relação com as demandas estatais e com os planos para o futuro questionam os binarismos que tanto criticamos, mas dos quais nos servimos comumente para formular ferramentas analíticas que enquadram essas experiências como domésticas num sentido reducionista e estereotipado. São elas mesmas, mãe e filhas, que constroem seus futuros possíveis por meio do regime de gestão de seus lares.

Na medida em que propõem em seu presente passos que, menos do que efeitos de um passado, tratam-se de ensaios de um futuro desejável, distinto, que não poderia remeter a nada pré-existente, sob pena de fazer naufragar o próprio processo de mudança a que se dedicam, seus métodos de investigação têm muito a ensinar em termos epistemológicos à pesquisa em sociologia e em antropologia (Borges, 2009, p. 220).

Portanto, uma das lições mais claras da convivência com essas mulheres em Itaboraí é como elas constroem respeito e consideração a partir do esforço de conquistar e sustentar o espaço doméstico. Em uma cidade marcada por crises sucessivas, depois de um período de grandes promessas de desenvolvimento, foi preciso aprender a esperar, calcular riscos e agir no tempo certo. A escolha de parceiros cujos vínculos empregatícios fossem na grande região, mesmo que fora do núcleo direto do petróleo, mas em atividades ligadas ao mar, foi parte dessa estratégia. Também foi fundamental manter redes entre casas, criando relações de interdependência em que a melhoria de uma família dependia da cooperação com outras. Essas práticas não se limitam à organização da vida doméstica. São formas de ação política cotidiana, com efeitos que ultrapassam uma visão reducionista do domínio doméstico.

A experiência de pesquisa com três mulheres em Itaboraí, mãe e filhas, permitiu refletir sobre formas de habitar associadas a condomínios fechados em contextos pouco explorados pela literatura socioantropológica. Nos anos mais recentes, uma relativa concentração de estudos sobre condomínios fechados, loteamentos e conjuntos habitacionais no Rio de Janeiro tem se dado em determinadas áreas da Zona Oeste fluminense⁹. Esses trabalhos relativos a modos de habitar respondem a processos diferenciados, como a presença violenta de milícias, a produção de especulação imobiliária por parte desses grupos paramilitares e a diferenciação entre condomínios de luxo e condomínios populares. Ao indicar outros processos e territórios no estado, onde também se observam dinâmicas incomuns dessas infraestruturas habitacionais, este trabalho busca oferecer sua contribuição.

Os dados empíricos apontam que esses empreendimentos, na configuração observada, rompem com o modelo consagrado de enclaves urbanos marcados por altos muros, controle rígido de acesso e a simulação de uma cidade privada. Esse desvio em relação ao padrão dominante foi possibilitado pelas intensas oscilações econômicas que marcaram Itaboraí nos últimos dezoito anos, tanto quanto pelas estratégias e investigações rigorosas feitas por grupos que residem na cidade. A agência feminina nessa experiência confirma o protagonismo das mulheres tanto na gestão doméstica quanto na formulação de projetos de futuro, evidenciando também as ações concretas que realizam no cotidiano para viabilizar esses planos.

9 Ver: Cortado (2020); Araújo, Cortado (2020); NICOLA, (2020); Agueda (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou apresentar, ainda que de forma incipiente, alguns resultados de uma pesquisa etnográfica realizada ao longo dos últimos seis anos na cidade de Itaboraí, na região Leste Fluminense. O estudo parte de debates consolidados sobre os condomínios, mas propõe deslocamentos analíticos: pensá-los para além das áreas tradicionalmente investigadas e articulá-los a fenômenos como o Comperj. A investigação teve início em torno dos impactos provocados pelo anúncio do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, megaprojeto do setor petrolífero lançado em 2006, cujas promessas de desenvolvimento reconfiguraram expectativas e sonhos locais. A pesquisa acompanhou, em especial, os efeitos da ascensão e posterior queda desse empreendimento sobre as trajetórias de mulheres de duas gerações, observando como elas reorganizaram seus projetos de vida a partir das oportunidades criadas nesse cenário de incerteza e instabilidade econômica.

Inicialmente voltado para receber um grupo investidor de alta renda, o mercado imobiliário local passou por transformações significativas, com a construção de condomínios fechados, hotéis e shoppings centers. No entanto, com o declínio do Comperj, a desvalorização desses imóveis abriu brechas de acesso para famílias de renda média, que encontraram novas formas de realizar o ideal de melhoria de vida. A queda do megaprojeto revelou-se, paradoxalmente, mais produtiva para certos grupos do que sua concretização, ao evitar o encarecimento da cidade e viabilizar a inserção de moradores locais em espaços antes considerados inacessíveis.

As trajetórias de dona Quitéria, Fabiana e Débora, protagonistas da pesquisa, mostram como a não realização de um futuro idealizado não se traduziu em fracasso. Casadas com trabalhadores inseridos em circuitos paralelos à indústria do petróleo — que denominei “trabalhos do mar” —, as filhas viabilizaram o acesso à casa própria em condomínios fechados, demonstrando como as ruínas de um grande projeto podem ser reapropriadas de forma criativa. Esses condomínios, que de longe se assemelham a fortalezas autossuficientes ou demonstrações de segregação e ruptura, são redimensionados, se inserindo na rede de unidades domésticas da região.

A pesquisa também revelou como redes de apoio familiar, especialmente envolvendo a mãe, Quitéria e sua casa, foram centrais para o avanço material e simbólico dessas mulheres. As casas das filhas, embora prioritárias nos investimentos, mantêm vínculos estreitos com a casa-matriz, em um sistema de interdependência que fortalece o coletivo familiar. Assim, o ideal de “melhoria de vida” não se sustenta de forma individual, mas emerge de arranjos colaborativos e afetivos. A paralisação do Comperj e sua posterior reconfiguração evidenciam a capacidade de determinados grupos em reinventar seus projetos de futuro a partir de condições adversas.

Ao ocupar espaços antes reservados a outras classes, essas famílias não apenas transformam o uso e o significado dos condomínios fechados, mas também produzem novas formas de habitar.

REFERÊNCIAS

1. AGUEDA, Rodrigo Cerqueira. Construindo Infraestrutura para as Elites: Os Grandes Condomínios da Barra e um Novo Modelo de se Morar na Cidade. **Revista Anthropológicas**, Recife, ano 24, v. 34, n. 2, p. 153-179, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2525-5223.2020.246930>. Acesso em: 17 out. 2025.
2. ARAÚJO, Marcella. **Obras, casas e contas**: uma etnografia de problemas domésticos de trabalhadores urbanos, no Rio de Janeiro. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
3. ARAÚJO, Marcella; CORTADO, Thomas. Zona Oeste do Rio de Janeiro, fronteira dos estudos urbanos?. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 7-30, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/29498>. Acesso em: 17 out. 2025.
4. BARBOSA, Marcelo Ferrari. **Uma breve história do projeto do COMPERJ e da construção de seu consenso**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
5. BINSZTOK, Jacob; BARBOSA, Jorge Luiz. **Modernização Fracassada**: Dossiê Comperj. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
6. BORGES, Antonádia. Explorando a noção de *etnografia popular*: comparações e transformações a partir dos casos das cidades satélites brasileiras e das *townships* sul-africanas. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 29, p. 23-42, 2009.
7. BORGES, Antonádia. Mulheres e suas casas: reflexões etnográficas a partir do Brasil e da África do Sul. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 40, p. 197-227, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332013000100006>. Acesso em: 25 set. 2025.
8. CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **A cidade dos muros**: Crime, segregação e cidadania em São Paulo: EDUSP, 2000.
9. CAVALCANTI, Mariana. Do barraco à casa. Tempo, espaço e valores em uma favela consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 69-80, 2009.
10. CAVALCANTI, Mariana. Ainda construção e já ruína: Para uma antropologia dos urbanismos globais. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, e61355, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/dilemas>.

- v16.n3.61355. Acesso em: 25 set. 2025.
11. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. Artes de Fazer.** Editora Vozes. Petrópolis. 2003.
 12. COMPERJ tem protesto contra salários atrasados e demissões. **Exame**, Rio de Janeiro, 10 fev. 2015. Disponível em: <https://exame.com/brasil/comperj-tem-protesto-contrasalarios-atrasados-e-demissoes/>. Acesso em: 08 mar. 2025.
 13. CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. **Minha casa, suas regras, meus projetos:** gestão, disciplina e resistências nos condomínios populares do PAC e MCMV no Rio de Janeiro. UERJ, Rio de Janeiro, 2016.
 14. CORTADO, Thomas. Casas feitas de olhares: uma etnografia dos muros em um loteamento periférico do Rio de Janeiro. **Etnográfica**, Lisboa, v. 24, n. 3, p. 665-682, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/etnografica.9357>. Acesso em: 25 set. 2025.
 15. COSTA, Gilciano Menezes. **A escravidão em Itaboraí:** uma vivência às margens do Rio Macacu (1833-1875). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
 16. COSTA, Lourdes Pinto Machado; PIMENTEL, Deborah. Inflexões Na História E Nas Configurações Urbanas De Itaboraí, Na Região Metropolitana Do Rio De Janeiro. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., Londrina, 2005. **Anais [...]**. Londrina: ANPUH, 2005.
 17. DAINESE, Grazielle. Desentendimento entre parentes: variações da intimidade. **Revista de Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 371-389, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2015.108578>. Acesso em: 25 set. 2025.
 18. DUARTE, Ana Clara Chequetti da Rocha. **Ruínas Olímpicas e a destruição infraestrutural como modo de produção da cidade:** uma etnografia da vida social do Teleférico da Providência. 2024. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.
 19. FERNANDES, Camila. Casas de “tomar conta” e creches públicas: relações de cuidados e interdependência entre periferias e Estado. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 64 n. 3, e189648, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.189648>. Acesso em: 25 set. 2025.
 20. FREIRE, Jussara. Violência Urbana e Cidadania na cidade do Rio de Janeiro: tensões e disputas em torno das justas atribuições do ‘Estado’. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 73-94, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7254>. Acesso em: 25 set. 2025.
 21. GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia:** as prisões em São Paulo na virada dos tempos. São Paulo: Boitempo, 2015.
 22. GUEDES, André Dumans. Dessubstancializando a casa via configurações e formas

- provisórias de existência. *In*: COMERFORD, John; CARNEIRO, Ana; AYOUB, Dibe; DAINESE, Grazielle (org.). **Casa, corpo, terra, violência**: abordagens etnográficas. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2021. p. 71-95.
23. KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006.
24. KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.
25. L'ESTOILE, Benoît de. “Dinheiro é bom, mas um amigo é melhor”. Incerteza, orientação para o futuro e a “economia”. **RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-02943187v1>. Acesso em: 17 out. 2025.
26. MARCELIN, Louis Herns. A linguagem da casa entre os negros do recôncavo baiano. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 31-60, 1999.
27. MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Editora AlfaOmega, 1982.
28. MARICATO, Ermínia. **Habitação e Cidade**. Cidade: Atual Editora, 1996.
29. MARQUES, Hugo. Má gestão, corrupção e prejuízo de 47 bilhões de reais. **Veja**, Brasil, 7 jun. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/comperj-ma-gestao-corruptao-e-prejuizo-de-47-bilhoes-de-reais/>. Acesso em: 9 mar. 2025.
30. MOREIRA, Allan Barbosa. **O município “ornitorrinco”**: Itaboraí a cidade sem asfalto. 2022. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
31. MOURA, Cristina Patriota de. A fortificação preventiva e a urbanidade como perigo. **Série antropologia**, Brasília, DF, v. 407, 2006.
32. MUNIZ FILHO, Guilherme de Almeida. O declínio do Comperj: repercussões sobre a dinâmica imobiliária urbana da cidade de Itaboraí. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 16., 2019, Vitória. **Anais do XVI SIMPURB**. Vitória: UFES, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26686>. Acesso em: 25 set. 2025.
33. NAROTZKY, Susana; BESNIER, Niko. Crisis, Value and Hope: Rethinking the Economy. **Current Anthropology**, [s. l.], v. 55, n. 9, p. S4-S16, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/676327>. Acesso em: 25 set. 2025.
34. NICOLA, Patrícia. A Zona Oeste do Rio de Janeiro como eixo de expansão urbana para habitação de interesse social: Considerações a partir do Programa Minha Casa Minha Vida em Senador Camará. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 843-858, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v14n3.35682>. Acesso em: 17 out. 2025.
35. O QUE é o COMPERJ? **Mais GUAPIMIRIM**, Guapimirim, [201-?]. Disponível em:

- <https://maisguapimirim.blogspot.com/p/o-que-e-comperj.html>. Acesso em: 8 mar. 2025.
36. OLIVEIRA, Valter Lúcio de; AMORIM, Carlos Alberto do Valle; SOUZA JR, Jorge Carlos Dias de. Grandes empreendimentos, planejamento municipal e violência: os efeitos das expectativas do fracasso do Comperj. *In*: MIRANDA, Napoleão; MADEIRAS FILHO, Wilson (org). **Desenvolvimento Sustentável: conflitos socioambientais e capitalismo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Autografia, 2020. p. 219-252.
 37. PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. **Cadernos IHU**, [s. l.], 17 dez. 2018, edição 531 Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7486-da-esperanca-ao-odio-juventude-politica-e-pobreza-do-lulismo-ao-bolsonarismo>. Acesso em: 25 set. 2025.
 38. ROLNIK, Raquel. **A Guerra dos Lugares**. A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.
 39. SILVA, Atilon da Silva Matos. **Infraestrutura em dissenso: a ferrovia e o monotrilho na produção/expropriação da vida no subúrbio ferroviário de Salvador/BA**. 2023. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.
 40. SILVA NETO, Romeu e; OLIVEIRA, Floriano Godinho; QUINTO JUNIOR, Luiz de Pinedo; GOMES FILHO, Hélio. Impactos socioeconômicos das atividades do petróleo e de suas rendas nos municípios do circuito espacial do petróleo do estado do rio de janeiro. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 14, n. 3, p. 293-316, mai-ago 2018. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3815>. Acesso em: 25 set. 2025.
 41. SIQUEIRA, Alexandre San Pedro. **Determinantes socioeconômicos da produção da tuberculose: um estudo no município de Itaboraí, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no período de 2000 a 2011**. 2014. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.
 42. VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se uma Casa: análise do programa de remoção de favelas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Stefany Ciolfi de Souza

Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense. ID ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1009-5218>. E-mail: stefanyciolfi@id.uff.br